

**O trabalho na fronteira entre a ciência e o senso comum:
acerca do trabalho profissional técnico-intelectual do especialista¹**

Telmo H. Caria (tcaria@utad.pt)

Resumo

Uma das dimensões da reflexão pós-moderna sobre a cultura tem-se centrado na crítica ao etnocentrismo científico. Esta crítica tem consequências no modo como o trabalho intelectual-profissional do especialista passa a ter que ser conceptualizado. Em Portugal um grupo de investigação pluri-disciplinar começou a dedicar-se a esta temática, mobilizando para este fim contribuições da sociologia da ciência, da sociologia das profissões, da sociologia da educação, da antropologia social e da psicologia cognitiva². Estas contribuições centram-se numa problemática teórica que temos vindo a designar de estilos de uso profissional do conhecimento abstracto. Esta problemática e o respectivo modelo de análise são apresentados de modo sumário nesta comunicação.

1. Um grupo de investigação

Como é que hoje podemos conceber e analisar sociologicamente o trabalho profissional técnico-intelectual?

Esta é a principal pergunta que um grupo pluri-disciplinar³ de investigação, em Portugal, tem procurado responder, reunindo investigadores do Centro de Estudos Transdisciplinares em Desenvolvimento (CETRAD) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto e alguns outros investigadores espalhados pelo país em institutos politécnicos. O grupo reuniu pela 1ª vez em 1999 e até 2001 centrou o seu trabalho na troca de experiências e reflexões em torno da temática expressa na pergunta formulada. Durante este período de tempo realizámos um trabalho preliminar de

¹ Comunicação ao VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro

² Projecto REPROFOR, a decorrer entre Janeiro de 2002 e Dezembro de 2004.

³ Grupo de Análise Social das Profissões em Trabalho Técnico- Intelectual (GASPTI).

hetero-formação com vista a articular orientações teórico-problemáticas muito diversas e a apoiar o desenvolvimento da formação pós-graduada dos seus membros (a maioria ainda tem trabalhos de mestrado ou de doutoramento em curso). Em consequência deste trabalho preliminar pudemos, em final de 2001, formular um projecto de investigação conjunto que veio a obter financiamento parcial da Fundação Calouste Gulbenkian.

O trabalho preliminar de hetero-formação permitiu desenvolver uma problemática teórica própria, em torno da pergunta acima apresentada, que reúne as contribuições de várias disciplinas (psicologia, sociologia e antropologia) e de temáticas sectoriais muitas vezes dissociadas, como sejam as referentes à ciência, à educação e formação, ao trabalho e aos grupos profissionais. É o resumo (muito resumido) deste quadro teórico e do modelo de análise que desenvolvemos que vos trago nesta comunicação .

2. Intermediação e recontextualização do conhecimento

Supomos que uma das expressões que melhor tipifica o modo como concebemos o trabalho técnico- intelectual é a de o apresentar como *intermediário do conhecimento*. Com ela pretendemos assinalar o facto de estarmos em presença de grupos profissionais que devem o seu estatuto sócio-profissional e lugar ocupacional à posse de um curso superior cuja formação de base é de natureza científica mas que não ocupam posições sociais relevantes na produção de conhecimento científico legítimo. Isto é, não sendo investigadores - cientistas, ocupam uma posição social que os coloca como actores centrais na difusão da ciência na sociedade, particularmente em organizações e locais de trabalho. Daí esta posição de intermediação que ao mesmo tempo é de fronteira entre a ciência e o uso comum da ciência pelo cidadão não especialista. Este lugar de intermediação ganha relevância social, como indica alguma sociologia dos grupos profissionais, porque corresponde nas organizações a um espaço social de autonomia profissional que não é objecto ou que pelo menos resiste aos processos de racionalização técnica e/ou burocrática do trabalho.

[Introduzir mais tarde quadro inspirado em Freidson sobre autonomia/academização do conhecimento profissional e quadro sobre localizações de classe em Portugal, de Estanque e Mendes].

O trabalho do especialista, enquanto intermediário do conhecimento, foi, no quadro do etnocentrismo cientista positivista, durante muito tempo visto apenas como um aplicador da

racionalidade técnico-instrumental dominante. Nesta conceptualização, diversa da de intermediário, o trabalho técnico-intelectual tende a ser descrito como um trabalho de planeamento e avaliação ou de assessoria e aconselhamento à tomada de decisão, tendo em vista informar sobre as possíveis utilizações alternativas de recursos variados para fins dados ou a definir posteriormente pelo decisor. No essencial, trata-se de circunscrever o trabalho técnico-intelectual a uma aplicação de conhecimentos científicos tendo em vista o diagnóstico de um dado contexto decisional, com o fim de legitimar socialmente as escolhas realizadas. No modelo de análise que desenvolvemos chamámos a esta dimensão do uso social do conhecimento científico de *sentido legitimador*.

A redução do trabalho técnico-intelectual a esta concepção tem sido objecto de inúmeras críticas, com as quais concordamos em dois aspectos: (1) o pressuposto da neutralidade ética e/ou política do trabalho de legitimação social desenvolvido; (2) o pressuposto simplista e hierarquizador, conotado com a arrogância da ciência positivista, de considerar este trabalho apenas como uma “aplicação “mais ou menos modelizada da ciência. Existem formas mitigadas desta concepção (em voga, por exemplo, na medicina ou na docência no ensino secundário e superior) quando se associa ao conhecimento geral científico detido, a necessidade de também ter a posse de conhecimento experiencial de tipo clínico, complementado aquilo que é geral com o reconhecimento de um saber singular, numa relação de dependência simbólica unilateral do primeiro para o segundo.

A concepção do trabalho técnico-intelectual enquanto intermediação do conhecimento pressupõe, pelo contrário, que: (1) o trabalho de planeamento, avaliação e aconselhamento nunca está divorciado de valores e finalidades, ainda que estes não sejam explicitados ou mesmo que o especialista ocupe na estrutura formal da organização apenas um lugar de *staff*, porque os usos sociais que são feitos da ciência (a começar pela forma como na Escola se ensina a ciência aos futuros especialistas) não são independentes dos seus efeitos e porque no plano interactivo e informal das organizações os especialistas não deixam de partilhar e criticar valores e estratégias face aos actores que decidem com base no seu conselho e diagnóstico legitimador; (2) o trabalho técnico-intelectual desenvolve-se numa relação bilateral e de fronteira entre os campos científicos e os campos da prática que usam a ciência, podendo o seu uso social ser tipificado como correspondendo a um trabalho de recontextualização porque a ciência (e os pressupostos ideológicas e filosóficos que nela estão contidos) é objecto de um processo de transformação e de

transposição inter-contextual, necessitando de reganhar nos contextos e campos da prática em que é usada um novo *sentido contextual*, dependente dos processo de interacção social e das relações sociais que se desenvolvem entre especialistas e leigos.

Em consequência destes dois pressupostos, temos vindo a considerar que este trabalho de intermediação do conhecimento tem duas características centrais. A primeira é a de não se centrar apenas na relação entre ciência e senso comum mas sim na relação entre *conhecimento abstracto* (enquanto mistura de formações discursivas de natureza científica, filosófica e ideológica, na dependência de registos escritos do conhecimento) e saberes interactivos. Saberes interactivos que contêm: (1) os saberes procedimentais, expressos em rotinas de acção partilhadas colectivamente, que habilitam os actores, de modo desigual, a saberem fazer; os saberes classificatórios ou categoriais, expressos numa linguagem do dia a dia que permite categorizar pessoas e objectos, que habilitam os actores, de modo desigual, a saberem comunicar em contexto. Os saberes interactivos foram teorizados por Giddens no plano dos seus efeitos de consciência, enquanto *consciência prática* da acção (rotinas e consensos de sentido que naturalizam o sentido do social) e enquanto *consciência discursiva* da acção (negociações de significados, narrações com valor normativo e racionalizações discursivas da acção, tendentes a sancionar a divergência nas relações interpessoais e a hierarquizar a diferença e nas relações multiculturais).

A segunda característica é a de não reduzir a intermediação do conhecimento apenas à procura/criação de um *sentido legitimador* para a acção social porque, como dissemos, nas relações entre decisores e especialistas também se procura um *sentido estratégico* (reflexão sobre os efeitos variados do uso alternativo de regras e recursos para aumentar o nível de satisfação face aos resultados obtidos) para o uso do conhecimento e porque, também como dissemos, nas relações entre especialistas e leigos se procura um *sentido contextual* comum que se exprima em saberes interactivos partilhados.

Em conclusão, a intermediação do conhecimento, levada a cabo pelos grupos profissionais que desenvolvem um trabalho técnico-intelectual, define-se na possibilidade de articulação do sentido estratégico e legitimador do conhecimento abstracto com o sentido contextual da consciência prática e discursiva que se desenvolve nos processos de interacção social, isto é, define-se na

possibilidade de recontextualização do conhecimento abstracto nos contextos de trabalho daqueles que são considerados especialistas.

3. O modelo de análise

Chegamos a uma segunda pergunta: quais as configurações que a recontextualização do conhecimento abstracto pode ter nos contextos de trabalho técnico-intelectual?

Para responder a esta pergunta teremos que pormenorizar o modelo de análise que temos desenvolvido para analisar a intermediação do conhecimento. Começaremos por algumas pequenas referências à metodologia de investigação e de seguida apresentaremos a tipologia de análise a que chegámos.

A metodologia de investigação que tem servido o modelo de análise tem por base uma análise micro do social, na maioria dos casos servido por metodologias etnográficas de investigação. Foi o que fizemos num estudo etnográfico com professores do ensino básico (2º e 3º ciclos) e em entrevistas narrativas sobre histórias de vida profissional com engenheiros florestais e que temos em projecto fazer em estudos etnográficos com técnicos de associações de agricultores e com técnicos de associações de desenvolvimento local e em entrevistas narrativas sobre histórias de vida profissional com médicos veterinários.

As limitações de tempo não nos permitem especificar com muito pormenor as estratégias de investigação que desenvolvemos ou que temos em projecto e por isso ficaremos por dizer que o essencial das estratégias de investigação desenvolvidas está na procura em inquirir, observar ou criar situações que propiciem a expressão do sentido contextual da acção, ligado à reflexão e aos saberes interactivos. Assim, através da comparação de relatos e narrativas de ocorrências e da observação participante de contextos de interacção tem sido possível analisar o que é reconhecido pelos actores sociais como problema e que justifica a expressão de insatisfação no modo como “o outro” interpreta imagens, expectativas e intenções na interacção social.

De facto, temos verificado que a expressão de insatisfações e frustrações na interacção social, através do modo como se representam os problemas do quotidiano, tem a qualidade de tornar mais explícitos os saberes procedimentais e categoriais envolvidos na acção e de potencialmente convocar os actores a desenvolverem a sua reflexividade interactiva para actuarem estrategicamente sobre a realidade (emergência de um sentido estratégico) e/ou para interpretarem das razões das ocorrências indesejadas (emergência de um sentido legitimador),

mobilizando, eventualmente em ambos os casos, conhecimento abstracto para o efeito. Assim, a compreensão do modo como os actores sociais exprimem e representam os problemas do quotidiano pode supor a existência de uma configuração variável de saberes que articula de modo diferenciado os sentidos contextual, legitimador e estratégico da acção. A cada configuração de saberes temos chamado *estilos de uso do conhecimento*.

Quadro 1- Estilos de uso do conhecimento abstracto

| | Saberes interactivos | | Uso do conhecimento abstracto | |
|---|----------------------|----------------------|-------------------------------|---------------------|
| | Sentido contextual | | Sentido estratégico | Sentido legitimador |
| Estilo tradicional de uso do conhecimento | Forte (+) | | Fraco (—) | Fraco (—) |
| Estilo escolar de uso do conhecimento | Fraco (—) | Escolar - académico | Fraco (—) | Forte (+) |
| | | Escolar - tecnocrata | Forte (+) | Fraco |
| Estilo crítico de uso do conhecimento | Forte (+) | Crítico-ideológico | Fraco (—) | Forte (+) |
| | | Crítico-pragmático | Forte (+) | Fraco (—) |
| | | Crítico-alternativo | Forte (+) | Forte (+) |

Em resposta à pergunta formulada, em termos globais, temos encontrado três grandes configurações de estilos de uso do conhecimento: o estilo tradicional, o estilo escolar e o estilo crítico. O Quadro 1 dá conta destes três estilos de uso profissional do conhecimento e complexifica um pouco mais o modelo de análise, identificando sub-estilos dentro dos três estilos maiores.

No que se refere aos três grandes estilos podemos descrevê-los do seguinte modo:

- 1- no estilo tradicional do uso do conhecimento explicitam-se interactivamente os saberes procedimentais e categoriais associados a uma tradição local do grupo e tendencialmente os problemas do quotidiano são naturalizados e integrados em estratégias defensivas e de resistência com forte valor identitário-contextual, embora com fraco uso do conhecimento abstracto para justificar estratégias e legitimar acções;

- 2- no estilo escolar de uso do conhecimento explicitam-se saberes procedimentais e categoriais de modo individualizado, fragmentado e pontual, sem estarem associados ao uso de conhecimento abstracto nem a culturas locais, aparecendo este estilo apenas para legitimar ou criticar acções próprias ou de outros à posteriori, apresentando-se os problemas do quotidiano como impossíveis de acções diferentes e/ou limitados a modelos estereotipados de acção (ainda que influenciados pelo conhecimento abstracto);
- 3- no estilo crítico de uso do conhecimento explicitam-se saberes procedimentais e categoriais associados ao uso de conhecimento abstracto de forma individualizada e fragmentada, permitindo inscrever algumas formas de acção diferentes em opções estratégicas alternativas e legitimá-las em oposição às ideologias dominantes, permitindo aos actores sociais, no seu espaço de autonomia política e social, introduzir e/ou propôr a introdução da inovação social nas formas institucionais vigentes.

Em conclusão, podemos dizer que o modelo de análise desenvolvido tem por objecto teórico colocar hipóteses sobre a actividade sócio-cognitiva que os grupos profissionais desenvolvem, em condições de poder e autonomia organizacionais dadas⁴, para recontextualizarem o conhecimento abstracto em contextos de trabalho técnico-intelectuais.

⁴ Verificámos que o grau de autonomia e de poder numa organização limita o leque de modalidades de estilos de uso do conhecimento, embora não o determine inteiramente.